

A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio¹

Ionio Alves da Silva

Acontecimento e campo problemático

A renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, sete meses apenas após assumir a presidência da República do Brasil, é tida como um acontecimento nutrido de grande poder revelador de *campos problemáticos*, de “uma situação problemática que aguarda a resolução” e que perdura enquanto os problemas e suas causas se mantêm na emergência de novos *campos problemáticos* no irromper de outros acontecimentos, no entender de Louis Quéré. Ao fazer referência ao atentado de 11 de setembro de 2001 o autor relata que, após acontecer, o ato terrorista afetou, além das vítimas diretas e suas famílias, toda uma coletividade nacional e uma grande parte do mundo. Também trouxe à tona a discussão sobre o problema da segurança em Nova Iorque e o terrorismo². Ronaldo Henn, em seu artigo: *O acontecimento em sua dimensão semiótica* recupera uma citação de França e Almeida em que os autores afirmam que o acontecimento configura-se como fenômeno *revelador* capaz de fazer emergir e criar novas condições de interpretação da realidade e de *campo problemático* no qual ele toma forma. “Ao acionar novos quadros de sentido, o acontecimento ilumina diferentemente uma situação e alarga o horizonte dos possíveis”³. Em analogia, a renúncia de Jânio Quadros renovou a preocupação dos militares com João Goulart no poder, tendo ele sido rejeitado pelos mesmos, ainda no governo Vargas, de quem fora ministro do Trabalho. E fez emergir o movimento da esquerda brasileira pela legalidade da sua posse dada a resistência a seu nome imposta pelas Forças Armadas.

A partir da renúncia de Jânio ocorre uma série de desdobramentos políticos nas hostes do poder civil e militar do país. É, portanto, após a atitude do ex-presidente que se estrutura o presente relato. A tomada de decisão é associar tal acontecimento à trajetória de vida de Carlos Castello Branco⁴ e de Lucídio Castelo Branco⁵ contrapondo à ideia de biografia, entendida por Pierre Bourdieu, como algo que se inseriu de *contrabando* no universo do saber, principalmente, entre os etnólogos. Diferente da trajetória, a história de vida encontra-se no nível do senso comum, que pressupõe a vida de alguém como uma história “e que a vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história”. Bourdieu considera que “compreender uma vida como uma série única (...) é tão absurdo quanto tentar explicar o trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede”⁶. Tito Cardoso Cunha entende que, quando o acontecimento na *trajetória de vida* traz uma *marca*, esta é algo que permanece, não se apaga, torna-se referência de algum significante inscrito na memória, que são as *experiências memoráveis*. E acrescenta que interpretar uma ‘trajetória de vida’ significa lidar com *singularidade*, no sentido de traçar um destino como termo, e que se apresenta como exemplo do que é *evenemencial*, “marcado por acontecimentos únicos, simultaneamente de uma absoluta singularidade e de uma também grande universalidade: o nascimento e a morte”⁷.

A prática jornalística de Castello e Lucídio se enquadra na definição de trajetória a que Cunha se refere. Cada um, a seu modo, e com o grau de importância que ocupam no contexto histórico da política nacional, se inscreve como personalidade *memorável*. Esta é, portanto, a razão de relacionar-se a trajetória (não a história de vida) de Castello e Lucídio a dois fatos históricos de elevada complexidade: a renúncia de um presidente da República e o movimento pela posse do seu vice, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Acentuar isso é ponderar acerca da relevância de dois fatos que antecedem e precedem a outros de igual envergadura e que, de certa maneira, revelam *campos problemáticos* no ensejo do golpe militar de 1964, levado a termo em consequência da resistência ao provável governo popular de João Goulart, mesmo após ser legitimado no poder, com o apoio de parte da sociedade brasileira e de setores políticos que aderiram à causa da legalidade da sua assunção ao poder.

Traçar a trajetória de vida de Carlos Castello Branco, o titular da “Coluna do Castello”, publicada por mais de 30 anos no Jornal do Brasil, relacionando-a aos acontecimentos referidos se justifica pelo lugar e importância que o jornalista ocupou na imprensa nacional durante 54 anos de fazer jornalístico (1939 a 1993), mais da metade desse tempo dedicado à análise dos acontecimentos políticos engendrados nos bastidores do poder. Carlos Castello Branco, o *Castelinho*, como ficou conhecido, teve sua vida profissional marcada pelo dissabor de duas ditaduras, pela expectativa de duas redemocratizações, pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas, a renúncia

de Jânio Quadros, a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Fernando Collor, além de acompanhar a promulgação das constituições de 1946, 1967 e 1988 e de testemunhar os feitos e defeitos de 13 presidentes da República⁸. A voz única é a de que Castello foi o mais influente dos jornalistas políticos do Brasil enquanto exerceu a profissão, tendo, inclusive, inaugurado o posto de secretário de Imprensa da Presidência da República, cargo que ocupou após conviver com Jânio Quadros ainda na campanha presidencial. Não se orgulhava da posição de destaque no Planalto, embora circulasse com desenvoltura por todos os setores do poder, da extrema direita à extrema esquerda, entre os civis e os militares. Na “Coluna do Castello”, conta o piauiense e ex-governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, que o *Castelinho* do JB, por dentro, era ele mesmo. Trabalhava com os fatos, as versões, os vieses. Também sabia escrever nas entrelinhas, notadamente, nos regimes totalitários, utilizando-se de códigos que somente poucos do mundo político conseguiam entender ou tentavam adivinhar.

Castello não se olha no espelho, só de relance. Nunca para admirar-se. Ele era o Carlos Castello Branco e não o espelho, que não amava. Ele era a crônica, o jornalismo a serviço da História. Castello sempre foi a inovação, o inventor, para chegar, logo depois, a reinventor do jornalismo político no Brasil.⁹

Em relação à trajetória de Lucídio Castelo Branco, também *Castelinho*, para os colegas jornalistas gaúchos, enquadrada aos mesmos acontecimentos, é justificada pelos 48 anos de militância no jornalismo. De 1945 a 1993 (ano da morte do irmão Castello), quando decidiu se aposentar, já em Porto Alegre, para onde se transferiu ainda em 1949. Lucídio foi testemunha de feitos políticos e pessoais de personalidades da estatura de Getúlio Vargas, Salgado Filho, Leonel Brizola, Jânio Quadros e João Goulart. Como sindicalista realizou uma gestão que ficou na história do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, quando lutou pela valorização da profissão e pela aquisição da sede própria do Sindicato. Isso o credenciou a ser eleito presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), quando conseguiu a façanha de negociar a aprovação do Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, que regulamenta a profissão de jornalista. A habilidade administrativa fez surgir o convite do amigo Alberto Dines para o desafio de implantar e coordenar, em plena ditadura militar, a sucursal do Jornal do Brasil em Porto Alegre. Desafio aceito, missão cumprida. Carlos e Lucídio: dois jornalistas, dois analistas de estreitas relações com os atores da política nacional, cada um com seu valor e lugar na imprensa, e que se encontram na linha de frente da delicada transição entre a renúncia de Jânio Quadros e a controvertida posse de João Goulart. Dois acontecimentos de inegável poder de *revelação* e capacidade de *ruptura*, de quebra de *contrato de normalidade* imposta ao ambiente cotidiano, afetando a vida dos personagens e da sociedade. São fatos

marcantes ao ponto de modificar uma “trajetória de vida, individual ou coletiva, na medida em que correspondem a experiências memoráveis e, até mesmo, a rupturas e a inícios”¹⁰.

A renúncia de Jânio Quadros

Quando cheguei ao Palácio do Planalto na manhã de 25 de agosto de 1961, seriam dez, dez e meia. Estivera até quase o amanhecer no apartamento de Pedrosa Horta e de lá seguira com José Aparecido para o seu quarto de hotel. Pelas sete horas, o telefone o chamara, vestira-se às pressas e saíra. Bem mais tarde levantei-me, passei por meu apartamento, tomei banho, barbeei-me e troquei de roupa.

É com a citação acima que o jornalista Carlos Castello Branco inicia seu livro *A renúncia de Jânio: um depoimento*, publicado (por desejo do autor) somente após sua morte (dele Castello), em 1993. O livro narra um dos acontecimentos mais intrigantes da política brasileira, escrito por quem conheceu bem o seu protagonista enquanto secretário de Imprensa, de quem foi amigo e conselheiro.

Aos 44 anos de idade Jânio da Silva Quadros era empossado no mais elevado cargo público do país, eleito pelo voto popular, em 03 de outubro de 1960, com 5,6 milhões de votos. Jânio chegara ao poder de forma meteórica. Em menos de 15 anos fez uma carreira inteira: de vereador a presidente, proeza sem precedentes na história. Depois de se eleger vereador da capital paulista, em 1947, chegou ao legislativo estadual três anos mais tarde, sendo o deputado mais votado. Elegeu-se prefeito outros três anos depois e, em 03 de outubro de 1954, vence as eleições para o governo do estado de São Paulo. O jornalista Hélio Silva se refere a Jânio como um homem singular, que precisa ter sua trajetória contada de maneira também singular. Pelo fenômeno eleitoral que foi, precisa ser visto e estudado por meio de critérios diferenciados. Ele não chegou ao poder por meio de uma revolução armada, como Getúlio Vargas. Jânio não provinha de família rica, não era empresário de comunicação ou comandava grupos econômicos, tampouco foi apoiado pelas duas potências mundiais à época: Estados Unidos e Rússia. Também não se tornou um fenômeno de voto pelos seus olhos, menos ainda pelo trato com as pessoas¹¹. Mais rápido que ter chegado ao cargo de presidente foi o tempo que se manteve nele. Se mesmo hoje, historiadores, jornalistas, biógrafos se debatem sobre o fenômeno Jânio Quadros, sua rápida ascensão, sua intrigante carreira política, com mais razão buscam respostas para a forma com que renunciou ao poder. Na cerimônia em que Jânio recebeu o cargo das mãos de Juscelino Kubitschek pregou a democracia e a liberdade em um pronunciamento típico de quem pretendia levar o mandato até o final.

Senhor presidente Juscelino Kubitschek: se a Divina Providência, na sua misericórdia, houver por bem me dar alento e saúde, aqui estarei, certamente, no final deste mandato, para transmitir, em cerimônia idêntica, ao sucessor que o povo me der, os símbolos da autoridade. Transitórios somos nós, os seus governantes. Transitórias e efêmeras, as nossas pobres divergências. Mas eternos hão de ser, na comunhão da pátria, o povo e a liberdade.¹²

Não foi como planejado. Menos de sete meses depois, Jânio surpreende o Brasil e o mundo com a renúncia ao posto de mandatário maior da República. No livro *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*, organizado por Pedro Jorge de Castro, resultado de uma série de entrevistas feitas pelo jornalista Carlos Chagas com *Castelinho* do JB, entre uma e outra bateria de perguntas, fizera alguns comentários a respeito dos assuntos abordados nas longas conversas que mantiveram. Em um deles, Carlos Chagas relata que, ainda na corrida presidencial, quem acompanhava Jânio Quadros percebia os detalhes, mas poucos se dedicavam a fazer relações entre eles e a concluir que o homem era *doido*, afeito a tiradas demagógicas e a intervenções contraditórias.¹³ Quando chegou ao poder, revela Carlos Chagas, Jânio se decepcionou com os grupos sociais, as categorias de trabalhadores, os partidos políticos que passaram a cobrar as promessas confusas que ele fizera durante a campanha. “A renúncia mesmo, reconhecida como ato de loucura, ele nunca explicou, nem poderia asseverá-la real.” As *forças ocultas* que o levaram à interrupção do próprio mandato, Jânio nunca as materializou¹⁴. Em alguns trechos de sua carta-renúncia o presidente deixa escapar o sentimento de revolta, a intenção do retorno e evidencia indícios dos reais motivos que o fizera abandonar o cargo:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. (...) Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade.

Carlos Castello Branco conta que, na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, após ter deixado Brasília, Jânio tentava explicar ao inconformado secretário particular da presidência, José Aparecido de Oliveira, que não havia outra solução. Disse que pensara muito sobre uma melhor saída, mas aquela teria sido a única plausível. E justificara sua decisão afirmando que se continuasse no governo, ele (Jânio) não seria mais o mesmo, como também José Aparecido e Oscar Pedrosa não poderiam mais ser os mesmos. “A solução é a renúncia”, disse e argumentou novamente com seu

secretário: “com o tempo você concordará comigo” Era um depoimento de alguém que tentaria voltar, o que confirma a suspeita de muitos de que Jânio pretendia dar um golpe para retornar pelos braços do povo. Segundo ainda Castello Branco, antes de embarcar no avião para São Paulo, o ajudante de ordem do presidente, major Chaves Amarante, mesmo contra a ordem do general Francisco Quintanilha Ribeiro, chefe da Casa Civil, conseguiu subir a bordo, levando com ele, por baixo da farda, a faixa presidencial¹⁵. Às 15 horas daquele dia 25 o presidente do Congresso recebia das mãos de Oscar Pedrosa Horta, ministro da Justiça, a carta-renúncia do presidente. Castello ficara incumbido de ler a carta aos jornalistas do Palácio do Planalto. Em seguida embarcaram: Castello, o general Francisco Quintanilha, Francisco de Castro Neves, ministro do Trabalho, Oscar Pedrosa, José Aparecido de Oliveira e outros auxiliares da presidência. A essas alturas políticos e intelectuais se reuniam, excitados com a renúncia e desejosos de uma iniciativa no sentido de assegurar a posse de João Goulart, que se encontrava em visita à China. Na Base Aérea de Cumbica, o ministro Castro Neves ainda insistia em tomar decisões como se nada tivesse acontecido. Solicitou a Jânio que o orientasse sobre a greve que os sindicatos do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Santos planejavam em defesa da sua permanência no cargo. Disse que não faria nada naquele momento como tentativa de voltar à presidência da República, mas que “dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo”¹⁶. Depois dessas palavras, houve um silêncio na Base Aérea. Jânio ordenara ao major Chaves Amarante que devolvesse a faixa presidencial ao comandante do II Exército e se dirigiu a um DKW (marca de carro popular, dos primeiros fabricados no Brasil, no governo JK). Abriu um cortejo de quatro ou cinco carros, seguidos por alguns jornalistas. Após percorrer algumas ruas de São Paulo o carro de Jânio desviou-se da rota e seguiu pela estrada de Santos conduzindo-o ao ostracismo. A renúncia de Jânio, das quatro registradas na história do Brasil (Dom Pedro I, em 1831; Feijó, em 1837; Deodoro, em 1891, na primeira Presidência da República), foi a mais perturbadora, embora tenha caído no vazio, deixando na “esteira uma crise política que está na origem da Revolução de 1964”¹⁷.

O movimento pela posse de João Goulart

No começo da tarde de 25 de agosto de 1961 soube da renúncia do presidente Jânio Quadros, quando estava no largo em frente à Prefeitura de Porto Alegre conversando com amigos. A notícia estava sendo veiculada pelas emissoras do centro do país. Desejando conhecer detalhes do fato, dirigi-me imediatamente ao Palácio Piratini, onde a notícia já causava grande reboição, com vários repórteres e políticos angustiados procurando saber as causas e os detalhes da espetacular renúncia.

É desta forma que o jornalista Lucídio Castelo Branco inicia o capítulo “A renúncia e a legalidade” do livro *Da memória de um repórter*, editado em 2002 (Lucídio começou a escrevê-lo no dia 01 de junho de 2001, dia da Imprensa). É o relato de um acontecimento marcante da vida de Lucídio, da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. O jornalista conta que já no Palácio Piratini fora conduzido pelo secretário de Imprensa Hamilton Chaves ao gabinete do governador Leonel Brizola, que estava em companhia de outros secretários de Estado, falando, ao telefone, com Carlos Castello Branco. Brizola procurava um contato com Jânio Quadros na Base Aérea de Cumbica para saber quais eram as *forças ocultas* que levaram o presidente à renúncia. O governador pretendia que Jânio pegasse um avião e fosse para o Rio Grande do Sul, onde as forças políticas locais e o governo lhe dariam sustentação para voltar ao Planalto. Carlos prometeu transmitir o recado de Brizola e pedir ao presidente que retornasse a ligação para o governador gaúcho¹⁸.

Foram inúmeras as tentativas de se saber as causas da renúncia. Convencido de que o presidente teria sido forçado a deixar o cargo, Brizola adotou medidas de emergência: colocou a Brigada Militar de prontidão e passou a investigar o que realmente se passava em Brasília. Para o jornalista Lucídio Castelo Branco, que conheceu Jânio em Porto Alegre, quando ainda estava em campanha, de todas as versões que ouvira a que mais o convencia era a de um gesto de loucura do presidente:

Jânio contava que alguns generais e o povo iriam se levantar para reconduzi-lo ao poder sem as peias que o Congresso vinha impondo ao Presidente. Ele tinha a certeza de que os militares iriam se opor à posse de Goulart, o que de fato ocorreu. Porém, não contava com a esperteza das lideranças políticas no Congresso, que, aproveitando a chance, logo aceitaram a renúncia como fato consumado, para empossar no poder um dos seus e assim se verem livres de um presidente incômodo.¹⁹

A renúncia criara instabilidade política no país e desconfiança na alta esfera dos poderes militares, que não gostariam de ver o vice-presidente João Belchior Marques Goulart assumir o poder. Os militares viam em Goulart, uma ameaça já que ele fora ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, demitido por imposição de um grupo de coronéis que, quando da renúncia (1961), já ocupavam posto de general e, na opinião dos quais Goulart tinha fortes vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), embora a resistência a seu nome não fosse voz geral entre os militares. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, já no cargo de presidente da República se apressou em confirmar os nomes dos três ministros militares que fariam parte do governo, até que houvesse nova eleição. No Rio Grande do Sul, conforme relata Castelo Branco, o Exército impõe censura às rádios Farroupilha e Gaúcha, deixando de fora a rádio Guaíba, por

entender que não oferecia perigo ao sistema. Defensor da posse de João Goulart, mas impossibilitado de se comunicar com o povo por meio de um veículo de grande alcance, o governador Leonel Brizola ordena, por ofício, que a Brigada Militar ocupe os transmissores da rádio Guaíba, de propriedade do jornalista Breno Caldas. Com a iminência de um golpe militar, os microfones da rádio Guaíba, naquele momento à sua disposição, inclusive com funcionários requisitados pelo estado para operarem a emissora, Brizola transforma o movimento que antes era em defesa do retorno de Jânio à presidência da República em uma campanha pela legalidade da posse de João Goulart. A Cadeia da Legalidade, o grupo de emissoras de rádio espalhadas por todo o território nacional, chegando, inclusive, a alguns países estrangeiros, já somava 104. “Era uma boa causa entregue a um corajoso líder”. Foi por ser uma causa justa e ter à frente “uma liderança corajosa, que o movimento da legalidade cresceu e encontrou adeptos e partidários de norte a sul do país”²⁰. É de Anselmo Amaral uma das observações mais curiosas desse episódio: trata-se de uma atitude de determinação do governador Leonel Brizola, que às três horas da madrugada do dia 25 ocupa os microfones da rádio Guaíba e se dirige aos gaúchos e ao Brasil.

A esta hora da madrugada, decidi dirigir-me aos meus conterrâneos. Nosso país está vivendo horas de tensão, horas dramáticas em face da situação política. (...) Num país das tradições do Brasil, é realmente de estarrecer que tenhamos de viver dias e momentos como estes, quando se obscurecem e se desconhecem os princípios constitucionais.²¹

Brizola solicitou a João Goulart que retornasse imediatamente ao Brasil e, pelos microfones da rádio Guaíba, na sala de Imprensa do palácio do Governo, passara a comandar o movimento pela posse do vice-presidente. Já no segundo dia de campanha, Brizola começa a receber apoio e adesão de setores políticos e militares simpáticos à causa da legalidade.

A Praça da Matriz [em Porto Alegre] foi ocupada pelo povo, especialmente políticos e estudantes, que ali permaneciam ouvindo os alto-falantes, que transmitiam os boletins da Rede da Legalidade, como passou a ser chamada a cadeia de emissoras de todo o Estado que se conectaram com a Rádio Guaíba. Durante dias a Rede da Legalidade manteve mobilizada a população gaúcha, e estendeu-se também para quase todos os Estados do País.²²

O governador Leonel Brizola, tendo assumido o comando da resistência e do movimento pela posse do vice-presidente ficara incomodado em não conseguir convencer João Goulart a retornar ao Brasil. Com habilidade e convicto de que reunira as condições de, tanto acomodar o cunhado quanto de possibilitar sua posse

na Presidência, partira para um audacioso plano, com a participação e convivência de um grupo de jornalistas que se encontravam em Porto Alegre, entre eles, alguns estrangeiros que vieram para a cobertura do impasse que envolvia setores do poder político civil e do poder militar, em torno do cargo de presidente. Após definida a vinda de João Goulart por Montevidéu, intermediada pelo deputado Tancredo Neves, Brizola enviou um grupo de jornalistas simpáticos ao movimento pela posse à Montevidéu com duas missões: entrevistar o vice-presidente e convencê-lo a retornar ao Brasil no mesmo avião que levaria os jornalistas. Na embaixada do Brasil em Montevidéu Lucídio Castelo Branco, que fazia parte do grupo de jornalistas, fora chamado pelo deputado estadual Pedro Tasis Gonzáles, chefe da comitiva, à presença do vice-presidente e foi surpreendido com as primeiras palavras proferidas por Goulart:

Castelo, você, a partir desse momento, passa a exercer a função de Secretário de Imprensa da Presidência da República no exílio. Sua primeira incumbência é comunicar aos seus colegas que estão na sala de espera que o Vice-Presidente, por não desejar acirrar mais ainda os ânimos, no meu país, não fará nenhuma declaração aqui em Montevidéu.

Leonel Brizola que não abria mão da resistência e do movimento pela posse de Goulart, diante das negociações que estavam sendo costuradas em Brasília para uma saída digna para a crise, temia que ele abrisse mão do poder de presidente para dar lugar a um regime parlamentarista, com o que Brizola não concordava. Ao telefone, com Brizola, em Porto Alegre, e com Tancredo Neves, em Brasília, Goulart permaneceu em Montevidéu até a chegada de Tancredo com os primeiros detalhes do acordo. Goulart concordou em retornar ao Brasil com o compromisso de não fazer nenhuma declaração à imprensa até sua chegada a Brasília, para onde se dirigiu após três dias em Porto Alegre, aguardando o fechamento das negociações, com a multidão apreensiva por um pronunciamento seu e, Leonel Brizola, com o aparato da legalidade de prontidão²³. Em Brasília, o presidente João Goulart convidou o jornalista Raul Ryff, que era seu secretário particular, para assumir a secretaria de Imprensa da Presidência da República, cargo que Lucídio Castelo Branco ocupou por dois dias e duas noites, momentos intensos e angustiantes, que fazem parte *Da memória de um repórter*.

Goulart legitimado no governo

Em seu livro *O golpe começou em Washington*, o jornalista Edmar Morel, relata que o vice-presidente estava rompido com Jânio por conta de uma carta que ele teria enviado ao presidente, que a devolveu sem sequer abrir²⁴. Imediatamente

após à renúncia, os ministros da Marinha (almirante Sílvio Heck), da Aeronáutica (brigadeiro Grunn Moss) e do Exército (marechal reformado Odílio Denys), encaminharam ao Congresso Nacional, em 30 de agosto, um memorial em que relatavam a inconveniência de João Goulart assumir a presidência da República, mesmo no cumprimento legal da Constituição, que garantia a ele esse direito. Ainda segundo Morel, de setembro de 1961 a abril de 1964, não se fez outra coisa no Brasil que não fosse conspirar contra o governo Goulart, tendo como frente da conspiração os mesmos militares que enviaram o memorial ao Congresso, apoiados pelos generais Cordeiro de Farias, Olímpio Mourão, Luís Carlos Guedes e Néelson de Melo. No Congresso Nacional, os parlamentares apoiavam a legalidade. Os militares não retrocediam. Foi então que o Congresso apresentou a proposta do parlamentarismo como uma saída conciliatória, dando posse ao presidente para obedecer à ordem constitucional e colocando um primeiro-ministro para chefiar o governo. No dia 02 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista é aprovado pelo Congresso e, no dia oito, João Goulart assume a presidência com Tancredo Neves como primeiro-ministro. Neves deixou o cargo em julho de 1962 para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano, que iriam renovar o Congresso e eleger os governadores. Goulart articulou a retomada do regime presidencialista. Após a saída de Tancredo, tornou-se primeiro-ministro o gaúcho Brochado da Rocha, que deixou o cargo em setembro do mesmo ano, sendo sucedido por Hermes Lima.

Em 1962 o governo divulgou o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, para combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico. O Plano Trienal falhou, após enfrentar forte oposição, e o governo brasileiro se viu obrigado a negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, o que exigiu cortes significativos nos investimentos. Em 06 de janeiro de 1963 foi convocado um plebiscito, cuja proporção de voto era de 10 para um, devolvendo o regime presidencialista a João Goulart, já fortemente apoiado pela classe operária, pelos intelectuais, pela igreja e por militares de baixa patente das Forças Armadas. Legitimado pelo voto que restituiu o presidencialismo Goulart passa a governar com plenos poderes, embora, ainda, com a insatisfação dos militares. Anos mais tarde, os irmãos Castello e Lucídio conversam sobre suas impressões acerca da renúncia do presidente. Para Castello, o presidente Jânio Quadros era um gênio da política que por vezes chegava às raias da loucura. A renúncia, entretanto, teria sido uma tentativa frustrada de golpe.

Considerações finais

Pelas noções de *acontecimento* e *trajetória de vida* aqui apresentadas é razoável afirmar que o acontecimento tem poder de revelar antecedentes, situações de opacidade, inseridos na compreensão de que tais antecedentes surgem como *campos*

problemáticos, capazes de revelar novos acontecimentos que, por sua vez, vão gerar outros *campos problemáticos*. A renúncia do presidente Jânio Quadros trouxe à tona a preocupação dos militares com a possibilidade do vice-presidente João Goulart assumir o poder. Como dito antes, Goulart fora preterido pelos comandos militares, ainda no governo de Getúlio Vargas, ocasião em que ocupou o cargo de ministro Trabalho. As forças Armadas viam Goulart como uma ameaça, segundo os próprios militares, por manter fortes vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Conforme explica Louis Quéré, o acontecimento abre uma perspectiva inédita ao lançar uma nova luz sobre o passado, ao tempo em que é o futuro aberto por ele que lhe confere o seu sentido²⁵. Quanto ao acontecimento na *trajetória de vida*, é de se corroborar com Tito Cardoso Cunha, quando ele afirma que o acontecimento traz uma *marca*, algo que permanece, que não se apaga, tornando-se referência de algum significante inscrito na memória, que são as *experiências memoráveis*. Sob esta perspectiva, a trajetória de vida dos irmãos Castello Branco é dotada de certa *singularidade*. Suas trajetórias foram traçadas como acontecimentos únicos, singulares e universais. Pode-se concluir, sem pretender encerrar as discussões sobre a temática, que os acontecimentos em questão: a renúncia de Jânio Quadros e a campanha pela posse do vice João Goulart possuem um poder de *revelação* de capacidade de *ruptura*, de quebra de *contrato de normalidade*, e de inícios, de afetação do ambiente cotidiano e da vida dos personagens que dele são parte. Jânio acabou no anonimato. Goulart sofreu o golpe militar de 1964 e terminou no exílio.

Ionio Alves da Silva
Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
ioniosilva@gmail.com

Notas

1. Texto originalmente apresentado, em forma de comunicação, no II Encontro Nordeste de História da Mídia: Identidade, Memória e Convergência Midiática. Universidade Federal do Piauí, Teresina - Piauí, 20 e 21 de junho de 2012.
2. Quéré, *Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento* p, 59.
3. In: Benetti; Fonseca (Org.). *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis: Editora Insular, 2010, p. 78.
4. Carlos Castello Branco nasceu em Teresina - Piauí, em 25 de junho de 1920. Iniciou a carreira em Belo Horizonte, onde ingressou no jornalismo, em 1939, como repórter de polícia do jornal Estado de Minas. Em 1945 transfere-se para a capital federal e começa a trabalhar no O Jornal, permanecendo até 1950. É no Rio de Janeiro que ele conquista notoriedade: entre 1950 e 1961 ocupa a função de chefe de reportagem política do Diário Carioca. Tendo assinado, durante alguns anos, a coluna Diário de um Repórter, torna-se editor-chefe da Tribuna da Imprensa,

antes de ingressar na revista O Cruzeiro, como cronista político e, posteriormente, editor político. Em 1961, muda-se para Brasília e assume o cargo de secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros. Posteriormente, inaugura a *Coluna do Castello*, em 1962, na Tribuna da Imprensa, onde foi publicada de julho a dezembro. Em janeiro de 1963, Carlos Castello Branco, já na condição de chefe da sucursal do Jornal do Brasil, em Brasília, passa a ocupar as páginas de opinião do JB. Em 1976 é eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, atendendo ao chamado de um grupo de jovens jornalistas de esquerda que pretendiam derrotar os pelegos que reinavam no sindicato desde 1964, com apoio dos militares. Castello permaneceu na presidência da entidade até o final do mandato, deixando de herança a criação do piso salarial da categoria.

5. Lucídio Castelo Branco nasceu em Teresina - Piauí, em 13 de novembro de 1926. Ingressou no jornalismo em 1945, com 17 anos de idade, como auxiliar de repórter no jornal Vanguarda, no Rio de Janeiro. Em 1949, decide morar em Porto Alegre, após ser aprovado em concurso público para escrevente de Brigada Militar. Mesmo no Rio Grande do Sul continuou como correspondente do jornal carioca até 1950, já repórter de política do jornal Folha da Tarde, na capital gaúcha. Bacharel em Direito, em 1959, assume o cargo de Procurador Federal da Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. A partir de 1961, em paralelo à função de repórter da Folha da Tarde e ao cargo público, foi correspondente do Jornal do Brasil. Em 1964, passa a ocupar a chefia da sucursal do JB em Porto Alegre até 1980.

6. Bourdieu, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, p. 74-81.

7. Cunha, *Acontecimento e biografia*, p. 105-106.

8. Tavares, *Carlos Castello Branco, o repórter do Brasil*, jornal Diário do Povo, 2010.

9. Pereira, *Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil*, p. 47.

10. Quéré, op. cit., p. 59.

11. Silva, *História da República Brasileira*, p. 29.

12. Silva, op. cit., p. 66.

13. Castro, *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*, p. 89.

14. Castro, op. cit., p. 87.

15. Castello Branco, *A renúncia de Jânio: um depoimento*, p. 12-16.

16. Castello Branco, op. cit., p. 27.

17. Pereira, op. cit., p. 120.

18. Castelo Branco, *Da memória de um repórter*, p. 41.

19. Castelo Branco, op. cit., p. 43-44.

20. Castelo Branco, op. cit., p. 44.

21. Amaral, *Brizola e a legalidade*, p. 48.

22. Castelo Branco, op. cit., p. 46.

23. Castelo Branco, op. cit., p. 49-53.

24. Morel, *O golpe começou em Washington*, p.12.

25. In: Benetti; Fonseca, op. cit., p. 79.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Anselmo F. *Brizola e a legalidade*. Porto Alegre: Editora Intermédio Ltda, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
- CASTELO BRANCO, Lucídio. *Da memória de um repórter*. Porto Alegre: AGE Editora, 2002.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.
- CASTRO, Pedro Jorge de (Org.). *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*. Brasília: Editora Senac, 2006.
- CUNHA, Tito Cardoso. Acontecimento e biografia. In: *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 6, Primavera, 2005.
- MOREL, Emar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- PEREIRA, Francelino. *Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil*. Senado Federal: Brasília, 2001.
- SILVA, Hélio. *História da República Brasileira, volume 17: a renúncia - 1961*. São Paulo: Editora Três, 1975.
- QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 6, Primavera, 2005.
- TAVARES, Zózimo. *Carlos Castello Branco, o repórter do Brasil*. Teresina – PI: Jornal Diário do Povo, 2010.

Recebido em junho de 2012

Aceito em agosto de 2012

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo traçar a trajetória de vida de dois jornalistas piauienses que se destacaram por suas atuações como analistas dos bastidores do poder central do país: os irmãos Carlos Castello (com dois *eles*) Branco e Lucídio Castelo (com um *ele* apenas) Branco, que têm em comum, além da origem e da profissão, a relação com a política enquanto profissionais do fazer jornalístico. O estudo é um relato dessa relação enquadrado a dois acontecimentos relevantes da história do Brasil na década de 60 do século passado: a renúncia do presidente Jânio Quadros e o movimento pela posse do vice João Goulart.

Palavras-chave

Jornalismo; Política; História; Trajetória de vida.

Abstract

This paper aims to draw the life trajectory of two piauienses journalists who have excelled for their performance as analysts behind the scenes of the country's central power: the brothers Carlos Castello Branco and Lucídio Castelo Branco who have in common, beyond the origin and occupation, relationship to politics as professional from journalism. The study is a report of this relationship associated with two relevant events in the history of Brazil in the 60s of last century: the resignation of President Quadros and movement for the take office of vice Joao Goulart.

Keywords

Journalism; Politics, History, Life trajectory.